



HERMES FIGUEIREDO

Barreiras para a expansão

Sem parceria com as instituições privadas, governo não conseguirá atingir meta de triplicar acesso ao ensino superior

Nos últimos 20 anos, a omissão do Poder Público e a crescente demanda por educação de diferentes setores da sociedade foram fatores determinantes para a expansão das instituições privadas de ensino superior. Milhões de estudantes que ficaram impedidos de ingressar nas universidades públicas pela pouca oferta de vagas, portanto excluídos do ensino superior, encontraram, na expansão da oferta de instituições privadas, uma alternativa para a inclusão social.

O crescimento das IES pode ser percebido pelos números das últimas duas décadas. Em 1985, as instituições privadas respondiam por 67% da oferta de vagas no ensino superior brasileiro. Em

só da Educação Superior de 2005, divulgado no final do ano passado pelo Ministério da Educação, a taxa de crescimento nas IES privadas, sem levar em conta os alunos vinculados ao ProUni, foi de 6,6%. Esse índice equivale à metade do crescimento de 2003, e a apenas um terço do aumento registrado no ano 2000. Incluindo-se os alunos do ProUni, o crescimento foi de 9,2% (veja quadro).

O que se vê agora é a dificuldade do governo em cumprir a sua meta de ampliar para 30% o número de jovens com acesso à universidade até 2010. Atualmente, apenas 10,9% dos brasileiros na faixa etária de 18 a 24 anos têm acesso à educação superior, enquanto a média de escolaridade superior em outros pai-

Muitos desses alunos, porém, têm dificuldades de permanecer na universidade, em face dos gastos com a educação, que vão além das mensalidades, como despesas com material didático, transporte e alimentação. Em 1998, 24% dos estudantes matriculados nas IES particulares tinham renda entre três e cinco salários mínimos. Esse número chegou a 35% em 2004 e estima-se que, em 2008, possa alcançar 45%. A expectativa é de que esse contingente tenha ainda maiores dificuldades para custear seus estudos.

Ao adotar uma estratégia de expansão das Universidades Federais - foram criadas dez novas instituições em 2005 e geradas 3,4 mil novas vagas - o governo age equivocadamente. Na verdade, essa pretensão de inclusão social não atende a população que ainda não tem acesso ao ensino superior. Resulta, isso sim, no aumento da possibilidade de acesso à educação superior para a mesma parcela da sociedade que já frequenta a universidade pública, embora tenha condições de custear uma universidade particular.

O caminho para a expansão da educação superior no Brasil passa por um modelo mais eficaz e abrangente, que seja capaz de financiar o estudo de parte dos alunos das universidades particulares, oferecendo a eles condições para a continuidade de seus cursos.

Para alcançar o aumento previsto no Plano Nacional de Educação de, no mínimo, três vezes mais alunos no sistema de ensino superior, o governo teria de investir mais de R\$10 bilhões por ano. Nas instituições particulares, o custo do aluno cai para menos da metade. Financiamentos

PARA ALCANÇAR A META, O GOVERNO TERIA DE INVESTIR MAIS DE R\$10 BILHÕES POR ANO. NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES, O CUSTO DO ALUNO CAI PARA MENOS DA METADE. FINANCIAMENTOS RESULTARIAM EM ECONOMIA

2005, a oferta pulou para 87% do total, o que significa absorver 79% dos ingressantes a cada ano.

Atualmente, no entanto, o setor do ensino superior particular assiste a uma preocupante estagnação. Enquanto a oferta de vagas cresceu 5,2%, o número de ingressos aumentou apenas 1%, o que resulta em um número preocupante de vagas ociosas. Este dado não considera os ingressantes pelo ProUni - Programa Universidade para Todos.

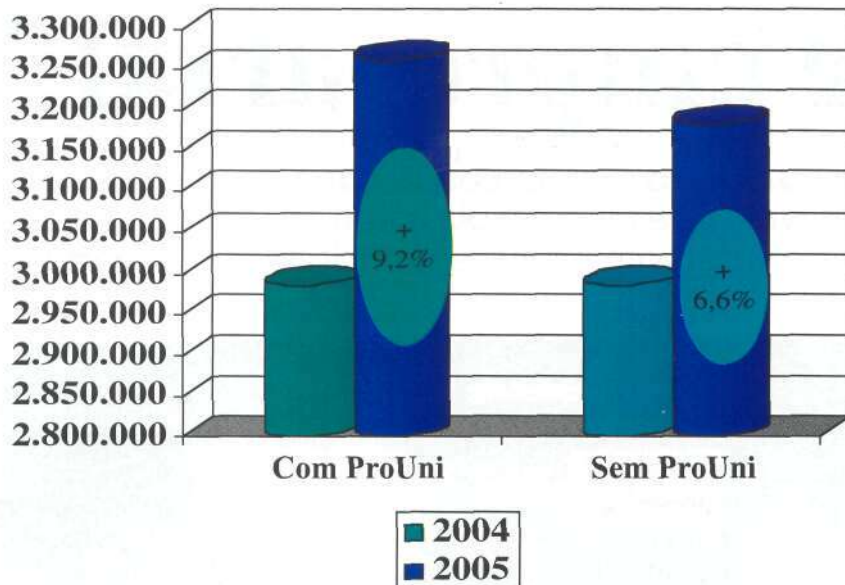
De acordo com os resultados do Cen-

ses emergentes atinge os 30% almejados pelo governo. Sem o setor particular, o índice de escolaridade superior no Brasil cairia para perto de 3%, e o setor público estaria ainda mais distante de alcançar os seus objetivos.

Para isso, o governo precisa ter mais clareza e agilidade na definição de novas políticas públicas de inclusão social por meio do acesso à escolaridade superior.

As instituições privadas são responsáveis atualmente por cerca de 3,3 milhões das matrículas no terceiro grau.

Matrículas privadas e o ProUni



Fonte: MEC/Censo 2005

para atender as vagas ociosas das particulares resultariam em grande economia de recursos e maior possibilidade de expansão da oferta. Fica evidente que os recursos públicos não serão suficientes para atender a toda esta demanda sem uma forte parceria com o sistema privado.

A perdurarem os equívocos do Plano Nacional de Educação, até 2010 as classes A e B estarão na universidade pública, enquanto que as classes C e D continuarão a buscar, sem nenhum apoio significativo do governo, a sua inclusão por meio das instituições particulares. E, como ocorre em qualquer setor da economia, a estagnação da demanda e o aumento da oferta são fatores propícios à concorrência predatória, com inevitáveis reflexos na qualidade, não apenas da educação superior, mas também da pesquisa e da extensão.

Hermes Figueiredo é presidente do Semesp

Anúncio